2 — A assembleia geral poderá deliberar não distribuir os lucros e poderá criar as reservas que considerar convenientes para além daquelas legalmente estabelecidas.

Está conforme o original.

28 de Dezembro de 2005. — O Primeiro-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*.
2010544579

O SEU ESPAÇO — IMOBILIÁRIA, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 09945/991229; identificação de pessoa colectiva n.º 504651510; inscrição n.º 08; número e data da apresentação: 32/051216.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

Designação dos órgãos sociais em 16 de Novembro de 2005.

Período: quadriénio de 2005-2008.

Conselho de administração: presidente — Francisco José Costa Sequeira de Mendonça, Avenida de Nossa Senhora do Rosário, lote 3, Cascais; vogais — Maria Manuel Terreiro Caldeira de Mendonça, Avenida de Nossa Senhora do Rosário, lote 3, Cascais, Francisco José Caldeira de Mendonça, Rua de Pereira Palha, 6, 2.º, direito, Cruz Quebrada, Dafundo, João Pedro Caldeira de Mendonça, Rua de Alfredo Soares, 17, 12.º, direito, Lisboa, e Ricardo Manuel Caldeira de Mendonça, Alameda da Guia, 5, 4.º, C, Cascais.

Fiscal único efectivo — Gomes Marques e Carlos Alexandre, SROC, Rua da Tascôa, Edifício CREL, Bela Vista, piso 2, sala P, Massamá, Queluz, Sintra; suplente — Vicente Pereira Gomes Marques, ROC, Rua da Tascôa, Edifício CREL, Bela Vista, piso 2, sala P, Massamá, Queluz, Sintra.

Está conforme o original.

23 de Dezembro de 2005. — O Primeiro-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*.
2010616332

LISBOA — 4.ª SECÇÃO

MERCADO DOS EVENTOS, CONSULTORIA EM EVENTOS E RECURSOS HUMANOS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 12 030/030217; identificação de pessoa colectiva n.º 506478165; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 01/051223.

Certifico que foi registada a dissolução e encerramento da liquidada da sociedade supra.

Data da aprovação das contas: 22 de Dezembro de 2005.

Está conforme o original.

17 de Janeiro de 2006. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida Faria Moreira da Silva*.
2010811976

MMF — MEDICINA MATERNO-FETAL, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 14 857/051227; identificação de pessoa colectiva n.º 507541227; inscrição n.º 01; número e data da apresentação: 01/051227.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe, que se rege pelo seguinte contrato e foi constituída por:

1.º Luís Fernando Pacheco Mendes da Graça, divorciado, natural da freguesia de São Jorge de Arroios, concelho de Lisboa, residente habitualmente em Lisboa, na Rua de Lúcio Azevedo, 19, 6.º, esquerdo, contribuinte fiscal n.º 144677156, portador do bilhete de identidade n.º 1150901, emitido pelos Serviços de Identificação Civil de Lisboa em 26 de Janeiro de 1999 e da cédula profissional n.º 12 525, emitida sem data pela Ordem dos Médicos;

2.º André Laboreiro Ferreira Mendes da Graça, natural de Angola, casado com Ágata Joana Guerra Cerdeira Peres Frangolho Mendes da Graça, no regime da comunhão de adquiridos, residente habitualmente em Lisboa, na Rua de Álvaro Benamor, lote DI, 6.º, C, contribuinte fiscal n.º 201818809, portador do bilhete de identidade n.º 10092954, emitido pelos Serviços de Identificação Civil de Lisboa em 6 de Maio

de 2005 e da cédula profissional n.º 37 416, emitida sem data pela Secção Regional do Sul da Ordem dos Médicos, válida até Janeiro de 2010;

3.º Rita Laboreiro Ferreira Mendes da Graça Soares da Albergaria, natural da freguesia de Santa Maria de Belém, concelho de Lisboa, casada com João Bernardo Palma Leal Soares de Albergaria, no regime da comunhão de adquiridos, residente habitualmente em Lisboa, na Rua de David Melgueiro, Bairro Económico do Restelo, 4, contribuinte fiscal n.º 216651352, portadora do bilhete de identidade n.º 11026383, emitido pelos Serviços de Identificação Civil de Lisboa em 6 de Janeiro de 2004:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma MMF — Medicina Materno-Fetal, L.ª

2 — A sociedade tem a sua sede na Rua de Lúcio Azevedo, 19, 6.º, esquerdo, freguesia de São Domingos de Benfca, cidade e concelho de Lisboa.

3 — Por simples deliberação da gerência, pode a sede ser deslocada, dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, podendo a mesma criar ou encenar sucursais, filiais, agências ou outras formas locais de representação, no território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto a prestação de serviços médicos, nomeadamente, de obstetrícia, ginecologia e pediatria, bem como de meios auxiliares de diagnóstico e investigação.

ARTIGO 3.º

1 — O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de cinco mil euros e corresponde à soma de três quotas, uma no valor nominal de quatro mil euros titulada pelo sócio Luís Fernando Pacheco Mendes da Graça e as restantes duas no igual valor nominal quinhentos euros tituladas uma por cada um dos sócios André Laboreiro Ferreira Mendes da Graça e Rita Laboreiro Ferreira Mendes da Graça Soares da Albergaria.

2 — Aos sócios poderão ser exigidas prestações suplementares até ao montante global de cem mil euros.

3 — Depende de deliberação dos sócios a celebração de contratos de suprimentos.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade compete a sócios ou a não sócios a nomear em assembleia geral, com ou sem remuneração, conforme aí for deliberado.

2 — Para vincular a sociedade é suficiente a intervenção de um gerente.

3 — A remuneração da gerência poderá consistir, total ou parcialmente, em participação nos lucros da sociedade.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, mesmo que com objecto diferente do seu e em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas a não sócios depende do consentimento da sociedade, que terá sempre o direito de preferência o qual, de seguida, se defere aos sócios não cedentes.

ARTIGO 7.º

1 — A sociedade poderá amortizar qualquer quota nos seguintes casos:

a) Por acordo com o respectivo titular;

b) Quando a quota for objecto de penhora, arresto ou adjudicação em juízo, falência ou cessão gratuita não autorizada;

c) Quando o sócio praticar actos que violem o pacto social ou as obrigações sociais;

d) No caso de morte de sócio a quem não sucedam herdeiros legítimos;

e) Quando, em partilha, a quota for adjudicada a quem não seja sócio;

f) Por interdição ou inabilitação de qualquer sócio;

g) Por exoneração ou exclusão de um sócio;

h) Quando a quota tiver sido cedida a terceiros sem o prévio consentimento da sociedade, tomado por maioria, em assembleia geral.

2 — Os sócios podem deliberar que a quota amortizada figure no balanço e que, posteriormente, sejam criadas uma ou várias quotas destinadas a serem alienadas a um ou a alguns dos sócios ou a terceiros.

3 — Salvo acordo em contrário ou disposição legal imperativa, a contrapartida da amortização será o valor que resultar do último balanço aprovado.

4 — Se por falecimento de um sócio a respectiva quota não for amortizada no prazo de 90 dias a contar da data do falecimento, os herdeiros deverão designar, de entre eles, um representante comum.

ARTIGO 8.º

Aos lucros líquidos anualmente apurados, depois de deduzida a percentagem para reserva legal, será dado o destino que vier a ser deliberado em assembleia geral.

Disposição transitória

O sócio Luís Fernando Pacheco Mendes da Graça fica, desde já, nomeado gerente.

Está conforme o original.

18 de Janeiro de 2006. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida Faria Moreira da Silva*.
2010794230

PARTICIPAÇÕES EXA, SGPS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 8607/991126; identificação de pessoa colectiva n.º 504440870; número e data da entrada: 6368/27122001.

Certifico que foram depositados na pasta respectiva os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2000.

3 de Março de 2006. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida Faria Moreira da Silva*.
3000208097

COPO A COPO — COMIDAS E BEBIDAS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 57 702; identificação de pessoa colectiva n.º 501353135; inscrição n.º 05; número e data da apresentação: 21/040804.

Certifico que foi registado o reforço do capital de 500 000\$ para € 25 000, tendo o artigo 3.º ficado com a seguinte redacção:

3.º

O capital social integralmente realizado em dinheiro e nos demais valores sociais é de vinte e cinco mil euros e corresponde à soma de quatro quotas a saber: uma do valor nominal de doze mil e quinhentos euros do sócio João Bernardino Gomes, uma do valor nominal de seis mil duzentos e cinquenta euros do sócio António dos Santos Pereira, uma do valor nominal de cinco mil euros da sócia Maria Dulce Lucas Morgado de Azevedo e uma do valor nominal de mil duzentos e cinquenta euros do sócio José da Conceição Morgado.

O texto completo e actualizado do contrato ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

10 de Novembro de 2004. — A Segunda-Ajudante, *Maria da Graça Bicho Martins*.
3000210894

LOURES

EUROCOZINHAS — COMÉRCIO DE COZINHAS, DECORAÇÕES E MATERIAIS CONSTRUÇÃO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Loures. Matrícula n.º 6969; identificação de pessoa colectiva n.º 502091797.

Certifico que foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao ano de 2002 da sociedade em epígrafe, entregues em 2003.

26 de Abril de 2006. — A Escriturária Superior, *Carla Ferreira do Souto*.
2001395710

LOURESIDIS — SOCIEDADE DE DISTRIBUIÇÃO, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Loures. Matrícula n.º 20 520/20051017; identificação de pessoa colectiva n.º P 504366033; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 09/20051017.

Certifico que, por escritura de 29 de Setembro de 2005, exarada de fl. 64 a fl. 66 v.º do livro de notas n.º 15 do Cartório Notarial sito no Porto, da notária licenciada Maria Angelina Barbosa Leão, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo seguinte contrato:

CAPÍTULO I

Denominação, sede, objecto social e duração

ARTIGO 1.º

Denominação

A sociedade adopta a denominação LOURESIDIS — Sociedade de Distribuição, S. A., e rege-se pelos presentes estatutos e pela lei aplicável.

ARTIGO 2.º

Sede

1 — A sociedade tem a sua sede na Estrada Nacional n.º 10, quilómetro 140, freguesia de Bobadela, concelho de Loures.

2 — Por deliberação do conselho geral:

a) A sede pode ser transferida para outro local dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe;

b) Podem ser estabelecidas ou encerradas, em território nacional ou no estrangeiro, sucursais, agências, delegações ou quaisquer outras formas de representação.

ARTIGO 3.º

Objecto social

O objecto social consiste na exploração do Centro Comercial E. Leclerc, sito em Loures, cuja actividade é todo o comércio retalhista e armazenista, gestão e exploração de centros comerciais, realização de todas as operações inerentes à distribuição de produtos alimentares e não alimentares, bem como à exploração de médias e grandes superfícies comerciais, nomeadamente supermercados e hipermercados, exclusivamente sob a insígnia E. Leclerc.

ARTIGO 4.º

Duração

A sociedade dura por tempo indeterminado.

CAPÍTULO II

Capital social, acções e preferência dos accionistas

ARTIGO 5.º

Capital social

1 — O capital social é de cinquenta mil euros, integralmente subscrito e realizado.

2 — O capital social está dividido em cinquenta mil acções, com o valor nominal de um euro, cada uma.

3 — A sociedade não pode emitir acções preferenciais, sem voto ou remíveis.

4 — Existem 999 acções da categoria A; 49 000 acções da categoria B; e

1 acção da categoria C.

5 — As acções da categoria A conferem ao respectivo titular direitos especiais nos termos previstos nos infra artigos 13.º e 17.º

6 — As acções da categoria B obrigam o respectivo titular a ser detentor do direito ao uso da insígnia E. Leclerc, conferida pela Associação des Centres Distributeurs E. Leclerc (ACDLec) ou por qualquer outra entidade habilitada à atribuição do referido direito, podendo esta categoria de acções ser igualmente subscrita pelo cônjuge ou companheiro do respectivo titular.

7 — As acções da categoria C conferem ao respectivo titular direitos especiais, nos termos previstos nos infra artigos 13.º e 18.º